

TATIANA BERRINGER
TUANY ALVES NASCIMENTO

POLÍTICA EXTERNA E BLOCO NO PODER: A FIESP NA CRISE DO GOVERNO DILMA E APÓS O *IMPEACHMENT*

Recebido em 07/07/2022

Aprovado em 12/01/2023

POLÍTICA EXTERNA E BLOCO NO PODER: A FIESP NA CRISE DO GOVERNO DILMA E APÓS O *IMPEACHMENT*

Resumo

O artigo analisa a relação entre os interesses da burguesia interna e a política externa na crise política do governo de Dilma Rousseff e do período posterior ao *impeachment*. Utilizando o referencial teórico poulantziano, investigamos os conflitos de classe e frações de classe que levaram ao esfacelamento da frente neodesenvolvimentista e à divisão da burguesia interna face ao processo de *impeachment* de 2016. Nos focamos na atuação da Fiesp, questionando os motivos que impulsionaram a entidade a realizar uma campanha a favor da impugnação da presidenta. Concluímos que a Fiesp, sob o comando de Paulo Skaf, reorientou suas demandas internacionais, atraída pela frente neoliberal ortodoxa, isto porque a entidade teria passado a representar os interesses do médio capital e, também, havia uma nova conjuntura política internacional, na qual a entidade passou a defender a necessidade de mudança da política externa em função da falsa ideia de isolamento do país. Essa posição esteve bastante ligada à própria ação e condução do presidente da entidade, Paulo Skaf. Assim, apontamos que a entidade passou a defender uma política de inserção internacional orientada pelas reformas neoliberais e pelo retorno da subordinação passiva do Estado brasileiro face ao imperialismo as quais foram implementadas nos governos Temer e Bolsonaro.

Palavras-Chave: Bloco no poder; Fiesp; política externa brasileira; neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; governo Dilma Rousseff.

TATIANA BERRINGER

Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) e coordenadora do grupo de pesquisa Política Externa e Classes Sociais (Pecs). Integra o projeto Universal CNPq n.º 18/2021: A crise política, a nova direita, o Estado e os conflitos de classe no Brasil.

E-mail: berringer.tatiana@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1839-914X>

TUANY ALVES NASCIMENTO

Mestranda do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC. O artigo é resultado da pesquisa realizada com o apoio Pibic/CNPq sob o edital n.º 01/2020.

E-mail: tuanyxd@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2010-1306>

Abstract

The article analyzes the relationship between the interests of the domestic bourgeoisie and foreign policy in the political crisis of Dilma Rousseff's government and after the president's impeachment. Using the Poulantzian theoretical framework, we investigated the class conflicts and class fractions that led to the crumbling of the neo-developmental front and the division of the domestic bourgeoisie in the face of the 2016 impeachment process. We focused on the actions of the São Paulo State Federation of Industries (Fiesp), questioning the reasons that drove the entity to carry out a campaign in favor of the president's impeachment. We concluded that Fiesp, under Paulo Skaf's presidency, reoriented its international demands, attracted by the orthodox neoliberal front. That is because the entity began to represent more of the interests of the mid-capital and also, in regard of the new international context, the entity started advocating for a change in foreign policy in face of the false idea of the country's isolation. This was very much linked to the actions and conduct of the entity's president, Paulo Skaf. Thus, we point out that the entity began to defend an international insertion policy guided by the neoliberal reforms and the passive subordination to imperialism in Temer's and Bolsonaro's governments.

Keywords: Power bloc; Fiesp; Brazilian foreign policy; neodevelopmentalism; neoliberalism; Dilma Rousseff's government.

I. Introdução

Neste artigo, analisamos a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na crise do *impeachment* de Dilma Rousseff tendo como foco a política externa nesse período. Partimos das teses defendidas por Boito (2018): 1) a Fiesp era uma das entidades que representavam a burguesia interna¹ brasileira, fração de classe que compunha e dirigia a frente neodesenvolvimentista durante os governos PT; 2) a partir de 2013, sobretudo em função dos conflitos distributivos acirrados pelo impacto da crise financeira internacional, essa fração teria rompido com a frente e aderido ao golpe, se aliando com a frente neoliberal ortodoxa composta pela burguesia associada², pelo imperialismo e pela alta classe média³. Diante disso, interessou-nos compreender o comportamento da Fiesp, considerando o giro e a divisão no interior da burguesia interna face à crise política, tendo como foco a política externa.

A nossa hipótese é a de que a Fiesp, durante os anos finais da gestão de Paulo Skaf, aderiu ao novo programa político neoliberal e começou a reivindicar uma nova política externa, porque a entidade passou a representar os interesses do médio capital, que se viu pouco privilegiado pelos governos PT. A mudança se deu também em função da economia política internacional, com a ascensão da China, o aumento dos conflitos desse Estado com os EUA e a negociação dos novos acordos comerciais *OMC-plus*. Isto produziu na burguesia interna o falso temor de isolamento do país. Diante disso, a

¹ Trata-se de conceito desenvolvido pelo teórico marxista Nicos Poulantzas (1978) e diz respeito à fração intermediária no interior do bloco no poder que, simultaneamente, associa-se e conflita com o capital imperialista. No Brasil, reúne principalmente os segmentos do grande empresariado industrial, do agronegócio, da mineração e da construção civil (BOITO JR., 2018).

² Sem base de acumulação própria, essa fração é subordinada ao capital externo, agindo como intermediária dos interesses políticos e ideológicos do imperialismo no seio da formação social dependente (Poulantzas, 1978)

³ Essa camada social é composta por trabalhadores de alta escolaridade, que recebem uma elevada remuneração, em especial assalariados do setor de serviços (médicos, advogados, engenheiros) e da burocracia do Estado (procuradores, juizes e delegados). A alta classe média se apega à ideologia meritocrática, que justifica sua distinção e sua ascensão social. Teme a proletarianização (rebaixamento de classes). E, na maioria das vezes, posiciona-se politicamente contra políticas distributivas e é a favor de ideias conservadoras, sendo a força social de movimentos fascistas (Poulantzas, 2021).

entidade se apegou à ideia de que as reformas neoliberais pudessem contribuir para a inserção competitiva do país nas chamadas cadeias globais de valor.

Nossa análise tem como instrumental a teoria de Estado de Nicos Poulantzas. Partimos do entendimento de que o Estado organiza os interesses das frações de classe no interior do bloco no poder⁴ e media os conflitos entre essas mesmas frações e as classes trabalhadoras (BOITO JR., 2018). Além disso, os interesses da fração de classe que assume a hegemonia no interior do bloco no poder se definem, também, na política externa, pois, assim como na política doméstica, o Estado busca atuar de forma a organizar e atender os interesses do bloco no poder (BERRINGER, 2015).

Em formações sociais dependentes, a depender da fração hegemônica no bloco no poder, o Estado pode assumir três diferentes posições políticas. São elas: 1) subordinação passiva ao imperialismo; 2) anti-imperialista; e 3) subordinação conflitiva em relação ao imperialismo. O primeiro caso está ligado à hegemonia da burguesia associada, que não tem base própria de acumulação e é, portanto, mera correia de transmissão dos interesses imperialistas no seio da formação social nacional. O segundo caso acontece quando há hegemonia da burguesia nacional, que tem base de acumulação própria e, em aliança com classes populares, pode assumir uma luta de ruptura política com o imperialismo; e o terceiro caso corresponde à hegemonia da burguesia interna, fração ao mesmo tempo dependente financeira e tecnologicamente, mas que requer proteção do Estado para competir e concorrer com o capital externo, levando a maior alcance da margem de manobra do Estado no cenário internacional⁵ (BERRINGER, 2015).

Segundo Boito (2018), a burguesia interna teria assumido a hegemonia do bloco no poder no início do segundo governo Lula, fortalecida pela adoção

⁴ Também elaborado por Nicos Poulantzas (2019), o conceito é empregado para pensar a unidade contraditória das frações de classe dominantes sob a hegemonia de uma delas, que dirige a política do Estado.

⁵ Sobre as diferentes frações da burguesia e a relação com o imperialismo, ver Poulantzas (1978).

do programa neodesenvolvimentista dos governos PT, que incluía as políticas de conteúdo local, compras governamentais, financiamento do BNDES, etc. Mas, em 2016, uma parcela dessa fração teria aderido ao golpe motivada especialmente pela ação da frente neoliberal ortodoxa e pelos conflitos distributivos (BOITO JR., 2018).

Além dessa introdução, o texto se divide em mais quatro partes e as considerações finais: na primeira, apresentamos, de maneira resumida, o programa de governo da presidenta Dilma e alguns dos motivos que levaram à crise política que resultou no *impeachment* de 2016. O artigo se funda nas análises de Armando Boito (2018) e de André Singer (2018) sobre as adversidades que ruíram a tentativa de aprofundamento do neodesenvolvimentismo implementada pelo governo Dilma. Na segunda parte, ancorado nas análises de Fernanda Perrin (2020) e de Felipe Queiroz (2021), miram-se as dinâmicas institucionais internas à Fiesp e a posição política-ideológica assumida para compreender como a entidade, até então base de apoio dos governos PT, e beneficiária estratégica de seu programa político, tornou-se uma das maiores impulsionadoras da campanha deposicionista. Na terceira parte, a partir da análise de documentos da Fiesp investigamos como a Federação reorientou sua agenda internacional sob a presidência de Paulo Skaf. Na quarta seção, também fizemos uma pesquisa empírica sobre a posição da Fiesp acerca da política externa depois do *impeachment* de 2016. Ao final, nas considerações finais, sistematizamos os nossos achados.

Começamos então pelos antecedentes dos governos Dilma para tentar entender como se deu esse giro na posição política da entidade.

2. A crise do *impeachment* de Dilma Rousseff e as consequências da ofensiva neoliberal ortodoxa

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) o direcionamento da política externa seguiu, em geral, as mesmas diretrizes da política externa da era Lula (2003-2010), dando continuidade ao programa político econômico e social neodesenvolvimentista (BERRINGER; BELASQUES, 2020). Ao mesmo tempo que almejava o crescimento econômico⁶ e abrangia políticas de transferência de renda, o programa não rompeu com os limites do modelo econômico neoliberal (BOITO JR., 2018). As políticas econômica, social e externa implementadas na linha de continuidade dos governos PT resultaram no beneficiamento dos interesses da burguesia interna, ao mesmo tempo que atenderam a setores de classes populares (BOITO JR., 2018).

A burguesia interna foi favorecida pela política de protecionismo seletivo, aumento das exportações e internacionalização das grandes empresas. Isso incluiu as políticas de conteúdo local, compras governamentais, financiamento do BNDES, além da busca por parceiros, mercados e territórios externos. Em suma, essa fração reivindicou o apoio multifacetado do Estado para se inserir no mercado internacional e também para proteger, ainda que seletivamente, o mercado interno (BERRINGER, 2015).

No que tange à política externa, o Estado brasileiro adotou como prioridade a integração regional e realçou o estreitamento de laços Sul-Sul (BERRINGER, 2015; BOITO JR., 2018). O entendimento era o de que essa dinâmica consistiria na melhor forma de aumentar a margem de manobra Estado brasileiro na cena política internacional. A integração regional e as relações com os Estados africanos, do Oriente Médio e da Ásia trouxeram para a burguesia interna vantagens econômicas, em especial, o aumento do mercado consumidor de exportações de manufaturas e a atuação das empresas brasileiras, principalmente na área de construção civil. Segundo

⁶ A ampliação do financiamento do BNDES às grandes empresas, o apoio à internacionalização das empresas nacionais, a adoção de uma política econômica anticíclica e maiores investimentos em infraestrutura foram elementos importantes do programa neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2018).

os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), houve um aumento do superávit comercial e as formações sociais dependentes foram o principal destino das exportações de produtos industrializados brasileiros. Entre 2002 e 2010, por exemplo, a exportação de produtos industrializados para os países em desenvolvimento passou de R\$ 16,5 bilhões para R\$ 63,6 bilhões. As exportações de produtos industrializados aos países desenvolvidos, por outro lado, diminuíram de R\$ 25,6 bilhões em 2002 para R\$ 13,9 bilhões em 2010, com acentuada queda após o ano da crise de 2008 (MDIC). No mesmo movimento, África, América do Sul e América Central juntas representaram 47,9% da atuação das transnacionais brasileiras (Fundação Dom Cabral, 2011)

Cabe destacar que um dos objetivos do governo Dilma consistiu na tentativa de aprofundamento das relações Sul-Sul que havia sido bem-sucedida durante o governo de seu antecessor. Essa investida ocorreu por meio da integração dos Estados boliviano e venezuelano ao Mercosul, do fortalecimento da Unasul, da criação do Banco e do Arranjo Contingente de Reserva dos Brics e de demais alianças fora do eixo do Atlântico Norte. Ademais, o Estado buscou o neodesenvolvimentismo como estratégia também da diplomacia, como se observa pelo aumento das ações *antidumping* durante sua gestão (BASTOS; HIRAKUTA, 2017). Entretanto, a conjuntura político-econômica, que havia sido favorável ao sucesso da política externa de Lula, foi o principal fator a limitar o projeto de pretendido pelo governo Rousseff.

Em relação à política econômica, cabe retomar os resultados macroeconômicos dos governos Lula, os quais permitiram crescimento do PIB por volta de 4,1% ao ano, aproximadamente o dobro do crescimento observado nos anos de 1980 e 1990. Dessa forma, houve superávits na balança de pagamentos, que acumularam mais de US\$ 200 bilhões ao longo dos dois mandatos do presidente. Com este recurso, o governo pôde saldar os empréstimos do FMI, diminuir a dívida externa e acumular reservas internacionais (PINTO,

TEIXEIRA, 2012)⁷. No entanto, mesmo com o desempenho positivo do governo Lula, os impactos da crise financeira de 2008 não foram totalmente blindados. Durante o governo Dilma, houve um aumento da concorrência de exportações da China na América do Sul e no mercado interno, além da redução do preço e da quantidade das commodities exportadas para a Ásia. Assim, observou-se o agravamento da crise econômica, o aumento do protecionismo na região e uma maior dificuldade no relacionamento entre os Estados periféricos (BASTOS; HIRAKUTA, 2017).

Então, a partir de 2011, o Estado brasileiro buscou sustentar o ritmo de crescimento brasileiro implementando o modelo econômico que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica (NME)⁸. As políticas adotadas objetivavam resolver a falta de competitividade da indústria e estavam alinhadas às reivindicações das entidades patronais, incomodadas com o encolhimento do PIB, com o real sobrevalorizado e com as taxas de juros elevadas. Tendo em vista a ênfase da atuação da Federação das Indústrias Paulistas (Fiesp) na reivindicação dessas medidas, Carvalho (2018) denominou de “Agenda Fiesp”:

Essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia (CARVALHO, 2018, p. 59).

A NME, ou a Agenda Fiesp, não resultou no prometido aumento de dinamismo industrial. Pelo contrário, em conjunto com o desmonte da Petrobrás e da diminuição dos investimentos públicos, contribuiu para a desaceleração da economia e para a deterioração fiscal. A Petrobras, que após a descoberta do pré-sal, passou a ter um papel fundamental no desenvolvimento

⁷ Em dezembro de 2002, os valores das reservas internacionais brasileiras eram de US\$ 37.823 milhões e, ao fim de 2010, último ano do governo Lula, os valores estavam na casa de US\$ 288.575 milhões (Banco Central do Brasil).

⁸ Singer (2018) sumariza as medidas dessa política econômica em um conjunto de nove pontos: I. Redução dos juros; II. Uso intensivo do BNDES; III. Política industrial – personificada no Plano Brasil Maior; IV. Desonerações; V. Plano para infraestrutura; VI. Reforma do setor elétrico; VII. Desvalorização do real; VIII. Controle de capitais e, por fim, IX. Proteção ao produto nacional.

econômico e tecnológico do país, chegando a representar, em 2013, 1,9% do PIB, sofreu com o escândalo de corrupção exposto pela operação Lava-Jato (REIS, 2018). Essa operação, que contou com apoio dos EUA, desempenhou papel importante no desenrolar da crise de 2016, ao eleger os governos de Lula e Dilma como inimigos, sob o lema de combate à corrupção. Em ataques aos setores da construção civil e à Petrobras, mobilizou as insatisfações da alta classe média, que se sentia ameaçada diante das políticas sociais criadas pelos governos petistas (BOITO, 2016). Face a esse quadro, a diminuição dos investimentos públicos na Petrobrás foi dramática para a economia brasileira, cujo impacto no PIB foi bastante considerável, chegando a uma queda de aproximadamente 3,8 pontos percentuais em 2015 (REIS, 2018).

Outro fator prejudicial à burguesia industrial, conforme analisa Bresser-Pereira (2014), consistiu no fato de que a política macroeconômica do governo Dilma não se demonstrava capaz de neutralizar a “doença holandesa”. Assim, a taxa de câmbio apreciada a longo prazo contribuiu para agravar o problema da desindustrialização brasileira através também do desestímulo aos investimentos, estagnando o crescimento econômico e posicionando a economia nacional em uma situação de desvantagem competitiva.

Todas essas condições econômicas e políticas, somadas, levaram ao aprofundamento da crise política e endossaram as justificativas para o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. O centro do conflito social e político foi a questão distributiva: a política de aumento de salário mínimo, mais o aumento de greves vitoriosas, e o gasto do Estado com políticas sociais diminuía a taxa de lucro da burguesia, aumentando a insatisfação com o governo PT. Somou-se a isso a diminuição do crescimento do PIB em razão da crise financeira internacional, o impacto da Operação Lava-Jato e a diminuição dos investimentos. Com isso, a burguesia interna rompeu com a frente neodesenvolvimentista e passou a se aliar à frente neoliberal ortodoxa (BOITO, 2018).

⁹ A frente neoliberal ortodoxa é composta pela burguesia associada, pelo capital externo e pela alta classe média. Defendem o modelo neoliberal de desenvolvimento do capitalismo, entendido sumariamente como a política de superávit primário (redução de gastos do Estado), privatizações, abertura comercial, etc.

Armando Boito (2018) e André Singer (2018) entendem que houve a intenção do governo Dilma de aprofundar o neodesenvolvimentismo iniciado na era Lula e, assim, de beneficiar a burguesia brasileira. Vejamos então as hipóteses de cada autor para a mudança de posicionamento realizada pela burguesia industrial no processo da crise política que resultou no *impeachment* de 2016.

André Singer (2018) realça que teria havido uma inflexão política entre os governos Lula e Dilma. Essa mudança teria levado a presidenta a incomodar os setores em que Lula buscava conciliação e diálogo. Enquanto Lula arbitrava entre a coalizão rentista – que une o capital financeiro e a classe média tradicional – e a coalizão produtivista – composta pelo empresário tradicional e pela fração organizada da classe trabalhadora –, Dilma adotou uma postura de evidente enfrentamento em relação ao capital financeiro¹⁰, na tentativa de aprofundar o ensaio desenvolvimentista. A NME, nesse sentido, expressaria a vontade da presidenta de construir uma coalizão entre industriais e trabalhadores para sustentar uma virada desenvolvimentista, com viés notadamente antineoliberal. Desse modo, as medidas do novo plano econômico atenderam aos anseios da coalizão produtivista, porém, confrontaram os interesses do setor financeiro na medida em que objetivavam intensificar o processo de reindustrialização (SINGER, 2018).

Singer (2018) seleciona quatro argumentos principais no intuito de compreender o “quebra-cabeça”. Em primeiro lugar, a imbricação entre o capital financeiro e as atividades produtivas teriam fragilizado a coalizão produtivista. O capital industrial teria se misturado às finanças, além de uma parte do setor produtivo ter se envolvido completamente em atividades puramente rentistas. Como consequência, essa burguesia teria adquirido uma “dupla condição”, em que, apesar do caráter produtivista induzir a uma aliança com os trabalhadores, o vínculo com o capital financeiro é forte o bastante para que “o compromisso seja de fácil reversão quando o ambiente geral se altera” (SINGER, 2018, p.67). Uma segunda peça consistiria no poder da

¹⁰ Capital financeiro aqui é entendido como o capital rentista, baseado em derivativos (títulos, fundos de pensão, segurados, etc.).

ideologia rentista, para com a qual os produtivistas demonstram sensibilidade — tendo a queda na taxa de lucros dos industriais sido responsável por potencializar esse efeito ideológico. O terceiro motivo estaria ligado à luta de classes, já que a política econômica do governo teria expandido os postos de trabalho, tirando dos empresários o poder de barganha sobre o desemprego. Junto ao aumento do número de greves e da valorização da mão de obra, os industriais teriam sido ainda mais atraídos pelo discurso neoliberal de diminuição de direitos trabalhistas. A quarta razão estaria relacionada à dinâmica das relações internacionais vigentes após a crise de 2008. Diante das negociações dos mega-acordos regionais de comércio¹¹ promovidos pelos Estados Unidos, houve o temor da burguesia industrial em relação à possibilidade de seu isolamento internacional, por interpretar como empecilho o não alinhamento do Mercosul ao imperialismo. Além disso, o impacto das importações de produtos chineses também teria provocado inquietação dos setores afetados.

Armando Boito (2018) opõe-se ao argumento de Singer (2018) sobre a base social do lulismo ser o subproletariado¹². Para Boito (2018), o projeto político e econômico petista promoveu concessões aos trabalhadores da massa marginal, mas não os tinha como centro do plano de governo; era, na verdade, a grande burguesia interna que ocupava o centro das políticas de Estado e, assim, compunha uma “representação política reconhecida de parte a parte” (BOITO JR., 2018, p. 76.) — de modo que se evidenciou o apoio, em 2004, do governo federal à ascensão de Paulo Skaf à presidência da Fiesp, momento em que a entidade se firmou como base de classe¹³ do governo Lula (BOITO JR., 2018). Segundo

¹¹ Trans-Pacific Partnership (TPP) e Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)

¹² Singer (2018) define a nova classe trabalhadora como a ascensão dos antigos miseráveis à categoria da massa trabalhadora, em decorrência da melhoria da mobilidade social e da redução da miséria durante o governo Dilma.

¹³ Durante os governos FHC, a ampliação da política de abertura comercial e o nível da taxa de juros aplicada geraram grande insatisfação da burguesia industrial. Na época, Fiesp e CNI se aliaram à CUT e, juntas, convocaram uma greve nacional com o objetivo de protestar também contra o desemprego. FHC recuou, ancorando-se nas regras da OMC para a proteção do mercado interno, mas não alterou a sua política geral. A aproximação de Lula e do PT com a Fiesp começou durante a campanha presidencial de 2002, com Lula prometendo um governo comprometido com a indústria brasileira. Ver Boito Jr. (2018, p. 36-45).

Boito (2018), duas frentes disputam o controle das políticas social, econômica e externa do Estado brasileiro: a frente neodesenvolvimentista e a frente neoliberal ortodoxa. A primeira, representada pelos governos PT, atende à burguesia interna e forma “uma frente política classista, ampla, heterogênea e contraditória” (BOITO JR, 2018, p. 212.) com alguns segmentos das classes populares. A outra, apoiada nos governos PSDB, é composta pelo grande capital internacional junto à fração da burguesia associada e à alta classe média. A origem da crise política do *impeachment* é atribuída pelo autor à ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo.

Em relação à análise de André Singer (2018) sobre o aprofundamento do ensaio desenvolvimentista, Armando Boito (2018) acrescenta que não somente houve um aprofundamento, como também uma alteração no interior dessa política, na tentativa de beneficiar o setor produtivo da grande burguesia interna. O movimento teria exacerbado os conflitos¹⁴ já existentes no interior dessa fração, ao mesmo tempo que provocou a reação da frente neoliberal ortodoxa. Segundo o autor, a ofensiva empreendida pelo grande capital internacional e pela alta classe média teve início no ano de 2013 e agitou bandeiras que pudessem contar com o apoio popular, como a de anticorrupção. A ofensiva neoliberal, somada ao recuo de Dilma após os resultados negativos do aprofundamento do programa neodesenvolvimentista, teria promovido uma fragmentação dos segmentos que compunham a base desta fração. Assim, “importantes associações corporativas da grande burguesia interna (...) assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste (...)” (BOITO JR, 2018, p. 213).

Diante da crise provocada pela ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo, a burguesia interna rompeu com a frente neodesenvolvimentista e acabou se fragmentando (BOITO JR., 2018). Após o afastamento de Rousseff, quando efetivado o *impeachment* em agosto de 2016, Michel Temer ascendeu à presidência com um programa político neoliberal, denominado *Uma Ponte para o Futuro*, que iniciaria uma reorientação decadente da

¹⁴Ver Boito (2018, p. 114-116): “As contradições no seio da frente”.

política externa brasileira de modo a substituir a subordinação conflitiva pela retomada da subordinação passiva do Estado brasileiro. Como consequência, houve o aumento da dependência tecnológica, produtiva e financeira (BERRINGER, REIS, 2018). Vamos aprofundar isso na quarta seção do artigo.

3. A reorientação política da Fiesp diante da crise do *impeachment*

Tendo em vista a fragmentação da grande burguesia interna retratada por Boito (2018), o comportamento da Fiesp suscita nossa atenção devido ao rápido giro que realizou ao trocar o apoio ativo aos governos petistas pela adesão ao programa neoliberal ortodoxo. Nesta parte do artigo, nos baseamos no trabalho de Fernanda Perrin (2020), que analisa o comportamento político da entidade entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff. Segundo a autora, as hipóteses de Boito (2018) e de Singer (2018) explicam a oposição do empresariado ao governo sob um viés prioritariamente político, enquanto, para ela, é necessário enfatizar também o viés econômico e institucional por trás dos acontecimentos. Em consonância, o trabalho de Felipe Queiroz (2021) também investiga o tecido institucional da Federação no mesmo recorte temporal e, sob um olhar poulantziano, analisa as posições políticas da entidade. Vejamos a seguir como se dão as análises de ambos os autores, que consideramos complementares.

Diante das mudanças recentes no capitalismo desde a crise financeira de 2008 e da acelerada ascensão chinesa, três pontos são importantes para contextualizar a análise de Perrin (2020): a perda de espaço da indústria no PIB desde os anos 1980, o processo de reprimarização da pauta de exportações e a ampliação do coeficiente de importações. Além do processo de liberalização econômica da década de 1990 ter resultado em setores industriais inteiros levados à falência, a reprimarização da pauta de exportações seguiria aprofundando o processo de enfraquecimento da indústria que, somada à abertura comercial, conferiria ao Brasil uma posição semiperiférica no sistema internacional.

Para Perrin (2020), a análise de Boito (2018) é acertada ao elencar a ascensão de Paulo Skaf à presidência¹⁵, em 2004, como um fator que alterou a dinâmica política entre a burguesia interna e o governo¹⁶. Considerando as dinâmicas internas à Fiesp, já que a entidade constitui um espaço de disputa entre a categoria empresarial, a autora argumenta que não há como compreender a entidade durante os governos Dilma sem compreender a figura de Paulo Skaf. Diante das contradições internas que fragmentavam a frente neodesenvolvimentista, o presidente da federação enxergou “uma janela de oportunidade para projetar-se politicamente, aproveitando a posição como porta-voz do setor — conjugando, assim, os interesses da entidade aos seus próprios” (PERRIN, 2020, p. 76).

A proximidade de Skaf com o governo federal e a sua excelente capacidade de articulação política explicam o apreço que os empresários de pequeno e médio capital tinham por ele. Agradar a essa parcela do empresariado era importante para Skaf, uma vez que, de 2002 a 2014, houve significativa expansão das empresas de micro e de pequeno porte, as quais, somadas às empresas de médio capital, passaram a compor a base da federação¹⁷ (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021). Observando as movimentações do PMDB, Skaf se mantém cauteloso até o início de 2015, manobrando politicamente a Fiesp, até que tivesse certeza de que o *impeachment* possuía capacidade de ser bem-sucedido (PERRIN, 2020).

Para Felipe Queiroz (2021), “enquanto Temer negociava os termos da coalizão do impeachment com partidos e parlamentares tanto da oposição

¹⁵ Houve uma política de alinhamento entre a Fiesp e o governo federal a partir da ascensão de Paulo Skaf à presidência da Fiesp, uma vez que sua candidatura foi apoiada por Lula (BOITO JR., 2018; PERRIN, 2020).

¹⁶ Essa postura de alinhamento pôde ser notada de forma mais evidente quando, diante da crise do mensalão, a Fiesp não se manifestou por meses e, quando o fez, a crítica direcionou-se à oposição (PERRIN, 2020).

¹⁷ No que diz respeito às indústrias de grande capital, além do impacto sofrido pelo processo de desindustrialização, houve também um afastamento desses empresários em relação à Fiesp, na medida em que não apreciavam o estilo de Skaf e tampouco necessitavam do presidente da Federação como intermediário da comunicação com o governo, uma vez que já possuíam com este um corredor direto de diálogo (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021).

quanto da base do governo, Skaf buscava apoiadores para a aliança do *impeachment* no seio do empresariado, mais especificamente da burguesia interna” (QUEIROZ, 2021, p.7). As motivações de Skaf para impulsionar a adesão dos industriais à destituição de Rousseff também eram políticas, uma vez que ele visava garantir um cargo no Executivo (PERRIN, 2020; QUEIROZ, 2021). Confirmada a viabilidade do processo de *impeachment*, o presidente da Federação passou então a inflar o pato¹⁸ que se tornaria o símbolo da campanha contra Dilma. Segundo o autor, a atuação da Fiesp na crise do *impeachment* de Dilma Rousseff foi principalmente política. Como, inicialmente, no interior da entidade, não havia consenso sobre a decisão favorável ao *impeachment*, houve uma divisão no seio da burguesia interna, na qual três posições da burguesia industrial foram identificadas: I. parte da burguesia industrial foi prontamente favorável ao processo, atuando de forma ativa — como a Fiesp e a Firjan; II. parte que, de início, posicionara-se contra o *impeachment*, mas que com o aprofundamento da crise passou a também apoiá-lo; III. a terceira parcela da burguesia industrial foi aquela que, mesmo contrária à deposição da presidenta, não se manifestou publicamente, mantendo-se neutra (QUEIROZ, 2021).

Dentre as razões encontradas para a adesão da base industrial da Fiesp à decisão favorável ao *impeachment* — ressaltando que esta adesão não foi unânime —, Queiroz (2021) identifica que variaram a depender do setor, do porte de capital e da influência política de cada empresa. Por parte dos segmentos de médio e pequeno porte, que compõem a maioria dos associados da Federação, o motivo foi a dificuldade que essas empresas encontraram para obter financiamento do BNDES e a piora do desempenho financeiro durante o segundo governo Dilma, em especial durante o auge da crise política. Se por um lado as empresas de até médio porte foram as mais afetadas pela crise econômica, sendo este o motivo que as levou efetivamente

¹⁸ A campanha “Não Vou Pagar o Pato”, lançada pela Fiesp, inicialmente, voltava-se contra o retorno da CPMF. No entanto, os enormes patos infláveis se tornaram um símbolo do rompimento da Federação com o governo e passaram a representar a campanha nacional a favor do *impeachment* de Dilma (QUEIROZ, 2021).

a apoiar a derrubada da presidente, o motivo que levou o grande capital à mesma conclusão foi sobretudo político.

Dessa forma, explica-se como Paulo Skaf administrou a insatisfação da base da Federação, diante da piora das crises política e econômica, para levar a entidade junto à articulação do processo de *impeachment*. Na leitura de Perrin (2019), a partir da ascensão de Skaf à presidência, houve uma “pe-medebização” (PERRIN, 2019, p. 24) no interior da Fiesp, mas, de forma geral, esse acercamento não alterou o caráter representativo da Federação em relação aos industriais.

Junto à ofensiva da frente neoliberal ortodoxa e à divisão da unidade da burguesia interna (BOITO, Jr, 2018), notamos que a Fiesp, além de impulsionar o golpe contra a presidenta, também passou a defender políticas de inserção internacional alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo e à subordinação passiva em relação ao imperialismo. Assim, o neodesenvolvimentismo que, no início dos anos 2000, foi responsável pela ascensão hegemônica da burguesia interna no bloco no poder, foi preterido pela adoção de políticas neoliberais ortodoxas, em especial, as reformas contra os direitos trabalhistas. Isso não significa que seja algo estável e duradouro, pode ter sido uma posição na conjuntura do golpe. Não pretendemos estender nossa análise do tempo. Nosso foco é a posição da entidade na crise política e a reorientação da inserção internacional do Estado brasileiro nos governos Temer e Bolsonaro.

4. Fiesp, a crise política e a mudança na política externa brasileira

Na intenção de retratar a mudança de interesses da Fiesp, e de evidenciar a análise de política externa no debate sobre a crise, examinamos os seguintes documentos: “*Relatório Periódico de Negociações Internacionais*” (FIESP, 2012), “*Propostas de Integração Externa da Indústria*” (FIESP, 2014) e entrevistas, declarações e editoriais de dirigentes da entidade entre 2014

e 2016. Também utilizamos a dissertação de Costa (2021) sobre a política de integração do governo Dilma e a burguesia interna.

A análise empírica evidencia que, por mais que durante os governos do PT a subordinação conflitiva do Estado brasileiro tenha sido determinante para os ganhos da burguesia industrial (BERRINGER, 2015), a Fiesp, durante os anos finais da gestão de Paulo Skaf, rompeu com a frente neodesenvolvimentista e passou a buscar um enlace maior com os Estados imperialistas, em especial, com a União Europeia e com os EUA. A agenda neoliberal ortodoxa, que passou a ser defendida pelo presidente Paulo Skaf e por outros dirigentes como Rubens Barbosa, afetou a posição do Estado brasileiro na cena política internacional dos governos PT. Os documentos revelam que os interesses da Fiesp nesse momento incluíam o distanciamento do Mercosul, do Brics e da interação política com a América Latina. Como contraponto, buscar-se-ia maior aproximação comercial com os Estados imperialistas, como demonstram as pretensões de acelerar a assinatura do acordo Mercosul-UE e de aderir à OCDE.

Nesse quadro, identificamos que o apoio da burguesia interna à política externa dos governos petistas começou a ruir ainda em 2012, a partir de um conjunto de fatores como: a diminuição do PIB, o aumento do protecionismo na região e a ofensiva imperialista, que fizeram com que essa fração começasse a questionar as relações de integração com a América do Sul e o conjunto das relações Sul-Sul. A entrada da Venezuela no Mercosul foi o gatilho para a rejeição da burguesia interna brasileira à política externa petista, pois essa fração rechaça o anti-imperialismo venezuelano (BERRINGER, FORLINI, 2018) e atribuiu a suspensão do Paraguai e a consequente entrada da Venezuela no Mercosul a uma politização negativa do bloco (COSTA, 2021). Na época, o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Coscex), condenou a aprovação da entrada da Venezuela após a suspensão paraguaia. Para Barbosa, o Estado brasileiro errou ao respaldar o ingresso venezuelano no bloco, impulsionado pelo Estado argentino. Em entrevista à *Folha de S.*

Paulo, afirmou que esse movimento gerou prejuízo às negociações dos empresários brasileiros, uma vez que “tudo virou uma questão política” (COLOMBO, 2012).

Diante das mudanças na composição do bloco mercosulino, como sublinha Costa (2021), os questionamentos da Fiesp passaram a girar em torno do projeto de integração regional. A entidade intensificou a defesa do livre comércio, assim como a reivindicação de que temas políticos deveriam ocupar um patamar secundário na condução do Mercosul (COSTA, 2021). Além disso, com as negociações dos mega-acordos comerciais (Tisa, TPP, etc.), o bloco passou a ser visto como um fator que corroboraria com o suposto isolamento do país na cena política internacional e não mais com uma estratégia “ativa e ativa” (BERRINGER, FORLINI, 2018; COSTA, 2021). Em 2015, Rubens Barbosa avaliou, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, que a assinatura do TPP demonstraria o isolamento do Estado brasileiro das negociações de comércio, comprometendo a competitividade nacional (MACHADO, 2015). O presidente do Coscex afirmou que o Estado brasileiro deveria atentar para as mudanças do cenário internacional, defendendo a necessidade de realizar reformas estruturais e atrair maior investimento estrangeiro.

Em relação ao acordo Mercosul-União Europeia, sabemos que a burguesia industrial foi bastante reticente durante as primeiras rodadas de negociação. Havia o receio de que o acordo pudesse representar riscos ao setor industrial, principalmente porque se apresentava de forma bastante assimétrica, uma vez que os Estados europeus se mostravam pouco dispostos a liberalizar o comércio agrícola, e pressionavam pela abertura do mercado interno de produtos industrializados e serviços no Cone Sul (BERRINGER, 2015). Mas, a partir de 2010, as negociações retornaram e, a partir de 2013, a burguesia industrial brasileira passou a preocupar-se com um eventual isolamento do Mercosul, propondo que o acordo Mercosul-UE fosse levado adiante. A grande inquietação teve como origem a crise econômica na região, o avanço das importações chinesas e os mega-acordos regionais de

comércio, como pode-se ver neste trecho extraído do documento da Fiesp (2014):

Para o Brasil, a negociação do acordo com os europeus se torna cada vez mais urgente, **à medida que avançam uma série de outras negociações birregionais ao redor do mundo**, como, por exemplo, o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), entre UE e EUA. O TTIP tem potencial para deslocar as exportações brasileiras, tanto no mercado americano quanto europeu, ao oferecer condições de acesso a mercados mais favoráveis entre si (FIESP, 2014, p. 13, grifos nossos).

A demanda aparece mais clara em junho de 2014, quando a Fiesp lança a Agenda de Integração Externa e coloca o Acordo Mercosul-UE como “prioridade imediata” para o início de 2015, mesmo que houvesse resistência de outros membros do Mercosul (FIESP, 2014, p.14):

Caso persistam as resistências de alguns países para o início dos entendimentos, o **Brasil deve propor à União Europeia que o processo negociador avance com os países do bloco que estejam dispostos a acompanhar nosso país**, de modo que, futuramente, todos os membros do Mercosul busquem uma convergência de posições (idem, p. 14, grifos nossos).

Cabe salientar que havia, desde o ingresso da Venezuela no Mercosul, grande preocupação da entidade com a “politização” da política externa brasileira (COSTA, 2021). Além da disso, o sentimento de urgência da Fiesp aumentou com a exclusão brasileira do Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, em 2014. Assim a entidade passou a defender que,

na hipótese de um acordo entre EUA e UE, que compreenda uma abertura substancial deste último mercado aos produtos agropecuários norte-americanos, uma das maiores potências agroexportadoras do mundo, **as dificuldades de acesso do Brasil a este importante nicho do mercado europeu deverão ser incrementadas** (FIESP, 2013, p. 4, grifos nossos).

No documento, a Federação afirma que o acordo pode ser uma via estratégica para a integração às cadeias globais de valor, além de possibilitar

a transferência de tecnologia e a modernização da indústria brasileira. A Fiesp passou então a entender que a inserção internacional poderia aumentar a competitividade nacional pela via da abertura comercial. Assim, a defesa de uma política industrial que de fato fortalecesse a indústria nacional passou a não encontrar eco. Isso está ligado à fraqueza ideológica dessa fração de classe que, devido à dependência tecnológica e financeira, muitas vezes acaba por assimilar os discursos e os projetos externos, com medo de se isolar. Foi a mesma postura que levou à adesão dessa fração ao neoliberalismo nos anos 1990 e que retornou com força no período da crise política de 2016.

No que tange às relações Sul-Sul, o direcionamento dado pela Fiesp, a partir de 2014, se limitou ao âmbito comercial e distanciou-se da antiga orientação estratégica de aprofundamento de laços políticos. Chile, México, Colômbia e Peru, Estados que integram a Aliança do Pacífico, eram vistos como parceiros capazes de alçar o Brasil a um papel de liderança na América Latina. Desde que com estes Estados fossem firmados Acordos de Livre Comércio, “envolvendo, além de preferências tarifárias no comércio de bens, uma ampla liberalização do comércio de serviços, assim como de um regime de compras governamentais e de investimentos” (FIESP, 2014, p. 13).

O bloco dos Brics, coalizão responsável, em grande parte, por questionar a ordem econômico-financeira dos países imperialistas — e que conferiu bastante relevância para a proeminência da política externa brasileira durante os governos PT —, também passou por uma reorientação nas prioridades da Fiesp. O bloco possuía um caráter “eminentemente político e difuso” para a Federação (FIESP, 2014, p. 18). Assim, defendeu-se que o relacionamento com os demais Estados do Brics fosse realizado por vias bilaterais. E, nesse sentido, acrescentou-se que a China devia ser prioridade, especialmente visando a atração de investimentos no setor de infraestrutura (BER-RINGER; BELASQUES, 2020).

Cabe ressaltar que a Fiesp, embora passe a defender um maior relacionamento comercial com a China, ainda apresenta ressalvas acerca do *status*

chinês de Economia de Mercado, demonstrando que a burguesia industrial conflitava politicamente com o reconhecimento já realizado pelo Estado brasileiro:

Ainda que não seja o momento de uma liberação ampla com a China, por conta de todos os desafios que o país tem pela frente para se tornar efetivamente uma economia de mercado, entendemos ser de suma importância o estabelecimento de uma relação mais pragmática com esse país, com foco no incremento do fluxo de comércio e investimento em nível bilateral. Da mesma forma, o Brasil deve incentivar a contínua adaptação da China aos regulamentos da Organização Mundial do Comércio, sobretudo no tocante aos subsídios internos (FIESP, 2014, p. 18-19, grifos nossos).

5. Fiesp e a política externa após o *impeachment*

As propostas da Fiesp para os presidentiáveis, em 2018, no documento “*O Desafio de Posicionar o Brasil na Rota do Desenvolvimento*”, apontavam, em nossa concepção, para um aprofundamento da condição de subordinação passiva do Estado brasileiro face ao imperialismo. O espaço do documento dedicado à integração externa rebaixa o peso das relações Sul-Sul em prol da integração com o Norte, enfatiza os acordos de livre comércio como instrumentos fundamentais de inserção internacional da indústria e acena para uma ofensiva contra a classe trabalhadora, responsabilizando o Custo Brasil, junto à apreciação cambial, pela perda de dinamismo nas exportações do setor industrial, sinalizando a necessidade das reformas neoliberais no cenário político interno (FIESP, CIESP, 2018).

Destacamos os principais tópicos do referido documento em relação às demandas externas para o Estado. No sentido de melhorar a competitividade da indústria, objetivando sua modernização, a Fiesp sinalizou a necessidade de aproximação com Alemanha e Estados Unidos, especialmente estreitando os laços com os institutos locais de pesquisa tecnológica. Em relação à negociação de acordos comerciais, a entidade defendeu que, para além

da diminuição tarifária, deve-se incorporar os temas de compras governamentais, propriedade intelectual, legislação trabalhista e de cooperação e facilitação de investimentos. Além disso, também devia ser conferida prioridade às iniciativas de facilitação de comércio. O documento propunha, ainda, intensificar o relacionamento comercial com os EUA, China, UE, Efta, Japão e Parceria Trans-Pacífica. Indicando a busca por investimentos diretos (via UE e EUA) e em infraestrutura (por parte da China), por mercado de exportações agrícolas (também tendo como foco a China), potencial de transferência tecnológica (via Japão) e acesso a mercados de alta renda (via Efta) (FIESP, CIESP, 2018).

Em relação à América Latina, o argumento se resumia à afirmação de sua importância como mercado consumidor de produtos brasileiros. Embora a entidade reconheça a importância política e econômica da região para o Brasil, não há maiores menções sobre a manutenção da prioridade do Mercosul e da Unasul. O continente africano é mencionado muito brevemente dentro da categoria “outras regiões [prioritárias]”, em que também aparecem a Índia e o Sudeste Asiático como possíveis mercados prioritários devido apenas ao seu elevado crescimento econômico e demográfico (FIESP, CIESP, 2018).

Distanciando-se do caráter estratégico empreendido durante os governos do PT, no decorrer da crise a Fiesp passou a defender que o aumento da competitividade da indústria seria beneficiado pela integração política e econômica com os países imperialistas. Passou a demandar uma maior aproximação comercial com Estados Unidos e União Europeia, uma vez que se sentiu ameaçada não só pelo cenário político interno durante o governo Dilma, mas também pelo anti-imperialismo venezuelano no momento em que grandes acordos regionais de comércio eram negociados pelos Estados dominantes, com um grande temor de isolamento político. A maior expressão dessa subordinação passiva simbolizou-se, primordialmente, pela rejeição à integração política com os Estados sul-americanos, pela defesa de acesso do Estado brasileiro à OCDE, e pelo apoio ao Acordo Mercosul-UE,

pautas que se conectam diretamente ao programa neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro.

Assim, se deu o abandono do projeto de integração multidimensional pela retomada do regionalismo aberto, em que a articulação política Sul-Sul foi deixada de lado em prol de um projeto neoliberal de privatizações, abertura e liberalização comerciais.

Em 2017, a defesa pela acessão do Brasil à OCDE ganhou espaço e revelou, com efeito, o afastamento dos interesses da burguesia industrial para com a América do Sul, e conseqüentemente uma maior subordinação aos Estados imperialistas. Dentre as razões destacadas pela entidade como benéficas para o Brasil, estão: I. a possibilidade de exercer papel de *rule maker*; II. convergência com “as melhores práticas internacionais”; III. não submissão a tribunais ou órgãos de solução de controvérsias no interior da organização; IV. não submissão a um instrumento de *single undertaking* como o da OMC; V. facilitação na entrada de instituições financeiras estrangeiras, as quais seriam capazes de aumentar a concorrência; VI. adesão aos instrumentos da OCDE como impulso às reformas estruturais internas; VII. maior combate à corrupção; VIII. conseqüente melhora das avaliações das contas nacionais e valorização dos ativos nacionais (FIESP, CIESP, 2019).

A relação entre a tentativa de entrada na OCDE e o plano interno de reformas — defendido pela frente neoliberal ortodoxa — foi explicitado pelo embaixador Carlos Márcio Cozendey, que, em reunião do Conselho Superior de Comércio Exterior na Fiesp em 2017, afirmou que a participação na OCDE “obrigaria à reflexão interna”¹⁹, uma vez que o processo de entrada traria consigo todo um conjunto de reavaliação legislativa para o alinhamento de práticas regulatórias.

¹⁹ CDE é tema que veio para ficar, diz Rubens Barbosa em reunião do Coscex. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/ocde-e-tema-que-veio-para-ficar-diz-rubens-barbosa-em-reuniao-do-coscex/>> Acesso em 27 de setembro de 2021.

6. Considerações finais

O estudo da política externa deve estar acompanhado da análise do que se passa na cena política do Estado, com foco especial nas dinâmicas existentes no interior do bloco no poder. A tentativa de Dilma de aprofundar o neodesenvolvimentismo, tanto no plano interno como na política externa, e de assim beneficiar a burguesia industrial, despertou a reação de uma ofensiva restauradora da frente neoliberal ortodoxa. A consequência foi a dissolução da frente política neodesenvolvimentista e a divisão da burguesia interna.

Durante a crise política que colocava em questão o *impeachment* de Dilma Rousseff, uma parte dessa burguesia manteve-se politicamente neutra enquanto outras, mais interessadas, passaram a atuar em prol da efetivação do golpe. A Fiesp, presente neste segundo grupo, sob o comando de Paulo Skaf — que buscava projetar-se politicamente “surfando” na onda da crise nacional —, buscou o apoio do médio capital, sua base, para legitimar o posicionamento da entidade. Os argumentos mobilizados pela burguesia industrial contra a presidenta, no entanto, faziam parte de sua própria agenda prévia, que quando atendida — levando em conta a conjuntura político-econômica internacional — não resultou satisfatória.

A pesquisa empírica realizada por nós observou, nas agendas da Fiesp para os presidenciáveis de 2014 e depois em 2018, que, no que concerne à política externa, passaram a defender uma posição de subordinação passiva aos Estados imperialistas.

Cinco movimentos principais evidenciam a decadência da política externa após o *impeachment*: I. a reaproximação com os EUA e a renegociação do acordo Mercosul-União Europeia; II. o desmantelamento da integração regional; III. o esvaziamento do conteúdo político dos Brics; IV. o encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; V. as sinalizações de subordinação marcantes, tais como a candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP) e a renegociação

da base de Alcântara no Maranhão (BERRINGER, REIS, 2018). Além disso, desde o *impeachment*, os Estados imperialistas têm obtido maiores ganhos e maior controle sobre a política econômica brasileira, pois o acesso de capitais imperialistas foi facilitado em relação às compras governamentais, ao pré-sal e ao mercado interno. Dessa maneira, o Brasil tornou-se mais vulnerável economicamente e o setor produtivo industrial tem passado por um processo de deterioração sob uma inserção econômica internacional dependente (BERRINGER, REIS, 2018).

A política externa empreendida por Michel Temer, assim, retrocedeu o modelo de regionalismo multidimensional posto em prática pelos governos anteriores, que envolvia a integração a partir de compromissos econômicos, políticos e sociais, para o modelo de regionalismo aberto, que prioriza os aspectos comerciais da integração. A Fiesp, de forma semelhante, reorientou sua postura em relação ao Acordo Mercosul-UE, sobre o qual, até 2010, se mostrava receosa, indicando, assim, a mudança de suas prioridades internacionais e da agenda que costumava propor ao Estado. Com o programa neoliberal do governo Temer, a fração hegemônica a ocupar o bloco no poder deslocou-se da burguesia interna para a burguesia associada ao capital internacional, evidenciando, assim, a adesão de parte da burguesia industrial à agenda da frente neoliberal ortodoxa, com especial mobilização do médio capital — o que não significa o fim da burguesia industrial ou da burguesia interna, tampouco a impossibilidade de reaglutinação dessa fração em outro contexto político. Essa postura esteve ligada sobretudo à defesa das reformas neoliberais e à própria fraqueza político-ideológica da burguesia interna brasileira.

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. “A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência”. *Textos para Discussão*, v. 306, 2017.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BERRINGER, Tatiana. “A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)”. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, 2017. v. 16, n. março de 2016, p. 15–29.
- BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v.15.n.3.2020.1078.
- BERRINGER, Tatiana; REIS, Cristina. “Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente”. *Dossiê V da AKB-O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros*, p. 137-149, 2018.
- BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. “Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira”. *Conjuntura Austral*. Porto Alegre, RS, v. 9, n. 48, p. 5-19, dez. 2018.
- BOITO, JR.; BERRINGER, T. “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: 2013, v. 21, n. 47, p. 31–38.
- BOITO JR., Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BOITO JR., Armando. “Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado”. *Revista Princípios*. São Paulo: n. 142, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista”. *Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP*, setembro de 2014.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- COLOMBO, Sylvia. *Argentina acabará com o Mercosul, diz consultor brasileiro*: para Rubens Barbosa, ex-embaixador nos EUA, ações recentes de Cristina Kirchner são prejudiciais ao bloco. 2012. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/52771-argentina-acabara-com-o-mercosul-diz-consultor-brasileiro.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- COSTA, Kayque Ferraz. *Burguesias e regionalismo: uma análise do Mercosul*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais — Universidade Federal do ABC, 2021.
- FIESP. *Relatório Periódico de Negociações Internacionais*. Derex: ano I, número I. São Paulo: janeiro de 2013.
- FIESP. *Documento de Posição: Propostas de Integração Externa da Indústria*. Derex. São Paulo: 2014.
- FIESP; CIESP. *Análise da Acessão do Brasil à OCDE*. Derex. São Paulo: julho de 2019.
- FIESP; CIESP. *O Desafio de Posicionar o Brasil na Rota do Desenvolvimento*. São Paulo: setembro de 2018.
- MACHADO, Tainara. ‘A TPP mostrou que o rei está nu’, diz Rubens Barbosa. 2015. Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4275268/tpp-mostrou-que-o-rei-esta-nu-diz-rubens-barbosa>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- PERRIN, Fernanda Fagundes. *O Ovo do Pato: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo, 2020.
- PERRIN, Fernanda Fagundes. *Fiesp ou Skaf? Pistas para entender a crise de identidade da maior federação da indústria no Brasil*. Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2019.

- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Tradução: Bethânia Barroso. Florianópolis: Editora Enunciado, 2021.
- QUEIROZ, Felipe. *Fiesp e médio capital: análise sobre a participação do médio capital industrial paulista na crise política do governo Dilma Rousseff*. 45.º Encontro Anual da Anpocs, 2021.
- REIS, Cristina Frões de Borja. "Hits and misses of public investment strategy in Brazil". In Chadarevian, P. (Ed.) *The Political Economy of Lula's Brazil*. London: Routledge, 2018.
- SINGER, André. *O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e sociedade* 21, 2012, p. 909-941.